



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO - CAU/ES

ATA DA 18ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA NO DIA TRÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E CATORZE.

- 1 **Início**: 18h30min.....
- 2 **Término**: 22h.....
- 3 **Local**: Auditório da Sede do CAU/ES, Rua Hélio Marconi, 58, Bento Ferreira, Vitória, ES, CEP:
- 4 29050-690.....
- 5 **Presenças**: Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho** (presidente). **Conselheiros**
- 6 **Estaduais**: Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**, Arq. e Urb. **Alberto Bernabé Kirchmayer**,
- 7 Arq. e Urb. **Aparecida Maria da Silva Borges**, Arq. e Urb. **Eduardo Simões Barbosa**, Arq.
- 8 e Urb. e Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro**. **Assessoria ao Plenário**: **Patricia**
- 9 **Cordeiro**. **Secretaria**: **Joana D’Arc do Sacramento Araújo**. **Funcionários**: **Ana Lucia**
- 10 **Nascimento dos Reis**, **Wiviane Lombardi Broco**, **Jennifer Martins Noventa de Aragão**,
- 11 **Lorena Costa Pinheiro**, **Hemelly Tomassi de Oliveira**, **Debora dos Santos Rodrigues**
- 12 **Borges**, **Sandra Milanez Grechi** e **Marciolinda Aguiar Boroto Pompermayer**.....
- 13 **ITEM I - Abertura dos trabalhos pelo presidente e aprovação da pauta** - Constatado o
- 14 “quórum” regimental e após a execução do Hino Nacional, o presidente do CAU/ES **Tito**
- 15 **Carvalho** declarou abertos os trabalhos. **Tito Carvalho** informou que função do Congresso,
- 16 em que o grupo dos conselheiros esteve presente e na semana anterior também não foi
- 17 possível realizar por uma questão de quórum. O presidente relatou a possibilidade da semana
- 18 seguinte ter a parte elétrica da estrutura externa concluída e que isto possibilitará a próxima
- 19 plenária de acontecer no espaço definitivo além de uma maior liberdade para realizar eventos
- 20 e reuniões. Relatou sobre o falecimento dos arquitetos Miguel Pereira e Lelé, além de sugerido
- 21 que no próximo boletim houvesse uma homenagem do CAU/ES a estes profissionais. O
- 22 presidente **Tito Carvalho** submeteu em votação a aprovação da pauta da 18ª sessão plenária
- 23 do Conselho, que é aprovada por unanimidade. **ITEM II – Aprovação da Ata da 14ª e 16ª**
- 24 **Sessão Plenária do CAU/ES e da 1ª Sessão Plenária Extraordinária do CAU/ES** – O
- 25 presidente **Tito Carvalho** submeteu em votação a aprovação da ata da 14ª e 16ª sessão
- 26 plenária do Conselho, que é aprovada por unanimidade e em seguida a submeteu em votação
- 27 a aprovação da ata da 1ª sessão plenária extraordinária que também é aprovada por
- 28 unanimidade. **ITEM III – Relato do Congresso/Conferência** – O presidente **Tito Carvalho**
- 29 convidou aos conselheiros que estiveram presentes no congresso para fazer um breve relato.
- 30 O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** relatou que achou a ideia da conferência

31 interessante, mas o evento foi fraco porque as pessoas foram na intenção de discutir o
32 conselho. Em relação ao congresso, o mesmo relatou que participou de palestras muito
33 interessantes, porém a organização foi meio falha na escolha do centro de eventos. O tema
34 habitação teve excelentes debates mas ressaltou que gostaria que também na Conferência
35 um espaço mais democrático para debater sobre o Conselho. Na opinião de José Carlos
36 Neves Loureiro, para o CAU/BR essa Conferência foi um desastre porque não atingiu o
37 esperado, ficando chato para as pessoas que foram convidadas. Ele relatou a situação do
38 debate com uma filósofa, em que a mesma estava debatendo sobre ética e moral quando um
39 arquiteto foi extremamente agressivo com ela na pergunta e ela também respondeu no mesmo
40 tom, ficando uma troca de indelicadezas. Para este, a ida valeu muito pelo Congresso e muito
41 pouco pela Conferência. O conselheiro **Alberto Kirchmauer** relatou a importante
42 participação dos jovens, mas sentiu a falta de arquitetos do Espírito Santo, havendo apenas
43 os ligados ao CAU/ES, encontrando apenas um outro colega lá ligado a uma prefeitura do
44 interior do Estado. O Congresso tinha públicos bem distintos, faltando um pouco a
45 participação dos arquitetos atuantes no mercado sugerindo que possa ter uma outra
46 estratégia para atrair esse outro público, os autônomos, empresários, empreendedores. O
47 nível das palestras foi excelente, e concordo com as colocações do conselheiro José Carlos
48 Neves Loureiro. E é interessante a participação nestes eventos porque no seu dia a dia as
49 vezes perde-se a capacidade de avaliação e reflexão, rever os antigos valores e conhecer
50 ideias novas. A gerente geral **Patricia Cordeiro** declarou que se sentiu frustrada pela
51 Conferência porque quem está no dia a dia aqui do CAU tem a necessidade de questionar e
52 de sugerir, o que não foi possível na Conferência, em alguns momentos se sentindo
53 constrangido pois os questionamentos não eram bem recebidos. Um Congresso para outras
54 áreas profissionais é visto como algo muito cobiçado, então esse talvez seja um
55 questionamento que tenha que fazer, porque os arquitetos não se sentem motivados a
56 participar. A gerente geral ressaltou a percepção de que a participação era de estudantes
57 locais, possivelmente a questão financeira prejudica ainda mais essa região, que por ser
58 turística acaba sendo muito cara, sendo esta é uma reflexão que deve ser levada a outra
59 instância e não só ao CAU/BR. O presidente **Tito Carvalho** comentou a questão do
60 esvaziamento profissional só mostra a incapacidade que as instituições têm de dialogar com
61 seu ambiente, com os arquitetos e urbanistas, para entender essa pluralidade e também com
62 o mercado. Comentou ainda que surpreendeu-se com a postura dos alunos, realmente
63 querendo informações, arquitetura social, habitação e tantos outros temas. A conselheira
64 **Aparecida Borges** Comentou que faltou o que tradicionalmente acontecem nos Congressos
65 que é a presença de profissionais conhecidos no mercado para chamar atenção do públicos
66 além de que não havia trabalhos acadêmicos inscritos. Estranhou ser chamado de Congresso
67 uma série de palestras. Questionou como fazer uma mobilização para um congresso que não

68 possuía espaço para profissionais que estão fazendo mestrado, doutorado, pós-graduação
69 ou trabalho de pesquisa inscreverem seus trabalhos como forma de obter créditos e de
70 divulgação, então estas pessoas não sairiam de seu estado para ouvir palestras. O
71 conselheiro **Alberto Kirchmayer** relatou que o horário programado não foi respeitado
72 impedindo que após as palestras houvesse o debate, não tendo o feedback com o público. O
73 conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** relatou que tudo que foi falado é exatamente a
74 desarticulação que a entidade tem com os profissionais. Desarticulação que aconteceu no
75 IAB, que vem sendo falada da discussão e aproximação com categoria. Ressaltou que a
76 discussão da produção de arquitetura sempre foi o papel do IAB e isto sumiu. O conselheiro
77 **José Carlos** ressaltou que estamos distantes e que precisamos começar a falar com as
78 pessoas, sendo isto um processo, porque tem um distanciamento tanto dos profissionais,
79 como Alberto colocou, como das empresas, como Tito colocou. Na verdade, a maioria dos
80 profissionais estão totalmente distantes das entidades, ninguém quer saber do IAB e do
81 Sindicato, o CAU só vem porque é obrigado. O presidente **Tito Carvalho** comentou que tirar
82 algum aprendizado desta situação. A Casa do Arquiteto entrando em estado operacional,
83 estaria preparando uma proposta de calendário para o segundo semestre que estará em
84 debate na próxima plenária deve-se ter esse cuidado de conseguir construir algo que faça
85 essa relação. O presidente Tito Carvalho disse que uma proposta de agenda foi iniciada para
86 trazer a ideia de tornar a discussão o mais plural possível, sendo fundamental uma construção
87 em conjunto. Não havendo mais comentários, passou-se ao próximo ponto da pauta. **ITEM IV**
88 **– Mostra Morar Mais por Menos** – O presidente **Tito Carvalho** informou que o CAU/ES
89 conseguiu viabilizar um espaço com um esforço muito grande do conselheiro Eduardo
90 Pasquinelli e da Conselheira Aparecida Borges, mobilizando em seguida toda equipe. Esse
91 patrocínio está sendo uma experiência bem interessante, com um espaço institucional muito
92 convidativo na mostra, tendo o cuidado de envolver toda a equipe no sentido de, desde a
93 fiscalização, área técnica com atendimento e desconto no ingresso para o arquiteto. Procurou-
94 se fazer algo que não estivesse desconectado com a realidade do CAU/ES. Foi elaborado um
95 informativo para os profissionais, inclusive falando sobre o desconto, sendo a primeira
96 oportunidade para divulgar a Casa do Arquiteto já colocando inclusive a marca das três
97 entidades. O presidente **Tito Carvalho** passou a palavra para a conselheira Aparecida. A
98 conselheira **Aparecida Borges** registrou o agradecimento para as três arquitetas que se
99 dispuseram a trabalhar em prol de promover um espaço que fosse para o Conselho.
100 Parabenizar pelo resultado estético e formal que aconteceu no trabalho delas, comentou que
101 assim, é uma maneira sutil do CAU/ES se comunicar com a sociedade e o público que
102 frequenta mostras, apresentando assim o Conselho de Arquitetura pois as pessoas ainda não
103 sabem ao certo o que é o CAU. A conselheira **Aparecida Borges** relatou que alguns
104 arquitetos têm comentado que o espaço ficou legal e que tem gostado da presença do CAU

105 na mostra pela proximidade. Ela comentou que poucos arquitetos tomaram ciência do
106 desconto, que deveria ter uma maior comunicação, chamando a atenção para se possível nas
107 duas semanas restantes ser enviado a mesma mala direta informando do desconto. Informou
108 que acredita também que foi uma proximidade interessante, além da leitura que o CAU/ES
109 conseguiu de alguma forma estar presente em todos os espaços, pois na sua grande maioria
110 dos espaços tem arquitetos formalmente atuando, fazendo, assinando, com a foto publicada
111 na revista. Os ambientes que não tem um arquiteto assinando como autor, possui o nome de
112 um profissional em destaque com o número do RRT que foi utilizado para assinar o projeto e
113 se responsabilizar tecnicamente pelo projeto. Talvez não seja a situação ideal, mas já é um
114 ganho, então, avalia como positiva a participação nas próximas edições. O presidente **Tito**
115 **Carvalho** comentou do envolvimento das arquitetas e familiares no preparo do espaço. A
116 conselheira **Aparecida Borges** informou a participação das três arquitetas e urbanistas como
117 uma grande experiência para elas, na ausência de recursos financeiros elas e familiares
118 tiveram que executar pessoalmente vários serviços. É uma experiência que muitas vezes os
119 arquitetos e urbanistas estão muito longe do canteiro, do fazer, do experimentar, então elas
120 tiveram a oportunidade. O presidente **Tito Carvalho** concordou com as colocações da
121 Conselheira Aparecida Borges, lembrando que existia o desejo de fazer algo diferente porém
122 não se conhecia exatamente como e que estão aprendendo. Lembra-se que era um evento
123 que o CAU era impedido de participar e hoje o CAU é o parceiro. **ITEM V – Apresentação da**
124 **Nova Equipe** – O presidente **Tito Carvalho** comentou que nos últimos dois meses
125 começaram as contratações do concurso que foi realizado. Percebe-se o CAU crescer não só
126 no tamanho da equipe, mas no amadurecimento dos seus processos. Relatou que não foi
127 simples construir esse concurso, que foi alinhado nacionalmente, tendo o CAU/ES de montar
128 um planejamento estratégico, e que este é um processo muito longo para chegar num
129 concurso público, que para a maioria das empresas é muito difícil. Explicou que culminou
130 exatamente no momento da nossa mudança para a Casa do Arquiteto, quando a expectativa
131 era não só ter um ambiente mais adequado de trabalho para receber os arquitetos e a
132 sociedade, mas de fato ter mais capacidade de resposta, alinhando com a possibilidade de
133 contratação dessa equipe. O presidente **Tito Carvalho** convidou os novos funcionários a se
134 apresentar. A analista fiscal **Jennifer Noventa** informou que possui cinco anos de formada e
135 que teve outras experiências profissionais que é muito importante para a visão de trabalhar
136 no CAU, pois sabe dos problemas que o profissional encontra e consegue se colocar na
137 posição dele. Ressaltou que está sendo uma boa experiência e que está aprendendo muito,
138 esperando dar uma resposta positiva para o Conselho. O presidente **Tito Carvalho**
139 questionou se alguém quer perguntar algo e passa a palavra a Analista técnica **Lorena**
140 **Pinheiro**. Lorena informou que é formada pela UFRN e que trabalhava na Prefeitura de
141 Búzios. Coloca que suas expectativas são ótimas e que deseja somar e ajudar para que o

142 CAU/ES funcione bem para os arquitetos e também para a sociedade. O presidente **Tito**
143 **Carvalho** informou que a chegada das duas analistas possibilitou o desenvolvimento de um
144 volume de trabalho muito grande na área técnica, agradece a presença delas dando as boas
145 vindas e passa a palavra a analista de finanças **Hemelly Tomassi de Oliveira**, informando
146 que a mesma chegou em momento em que tinha que ser feito relatório para o TCU,
147 reprogramação orçamentária e auditoria. A analista de finanças **Hemelly Tomassi** disse que
148 é sua primeira experiência em um órgão público, mas que já trabalha a três anos em empresas
149 privadas. Informou que está sendo uma boa experiência e que tem muito a aprender, ainda,
150 porém a contabilidade não importa o setor tem que ser tudo muito correto. Finalizando, relatou
151 que assim como a Lorena Pinheiro, espera somar e ajudar, já agradecendo o acolhimento. O
152 presidente **Tito Carvalho** relatou que o CAU/ES passou por uma auditoria do CAU/BR e que
153 na oportunidade questionou aos auditores sobre a diferença da auditoria realizada no ano
154 anterior e a atual, sendo a resposta dos auditores positiva no sentido da clara evolução de um
155 ano para o outro, demonstrando assim que a equipe tem conseguido avançar em ganho de
156 maturidade. O presidente **Tito Carvalho** parabenizou a equipe envolvida pelo esforço pois
157 foram dias de trabalho intenso e informou aos conselheiros que o relatório final da auditoria
158 será disponibilizado para conhecimento dos mesmos. **ITEM VI – Casa do Arquiteto** – O
159 presidente **Tito Carvalho** informou que está nos procedimentos finais para terminar a parte
160 elétrica, mas que está praticamente tudo pronto para entrar em caráter operacional.
161 Certamente terão várias situações a melhorar, mas que a partir da semana posterior haverá
162 estrutura de trabalho por isso está sendo montado uma agenda. O presidente **Tito Carvalho**
163 informou que a reunião do CEAU havia sido realizada com as entidades para fechamento de
164 acordos de funcionamento construindo as regras para um bom funcionamento. O presidente
165 **Tito Carvalho** ainda informou que a ideia é na próxima reunião fazer uma apresentação
166 detalhada do relatório de custos da obra, de procedimentos, parceiros e contratos. Disse que
167 a Casa do Arquiteto é um projeto longo de alto investimento, com muitas expectativas boas.
168 O presidente **Tito Carvalho** ressaltou a preocupação de que o funcionamento deste espaço
169 seja atrativo, leve e plural, não adiantando querer controlar tudo porque esse ambiente tem
170 que ser dinâmico, por outro lado, é necessário ter controle sobre o que é feito, não somente
171 controle administrativo, mas também estético, cultural e conceitual. Neste sentido será
172 dedicado a área de exposições, sendo que ficaria muito difícil para o Conselho manter o
173 espaço de uma forma atrativa, interessante, alinhada com o projeto, ao mesmo tempo que
174 não é o foco das outras entidades, o IAB e o Sindicato, além destes possuírem uma estrutura
175 mínima. Devido a estes fatos, O presidente **Tito Carvalho** informou que fez um convite
176 informal ao arquiteto e urbanista Clóvis Aquino, por ser arquiteto e urbanista reconhecido no
177 mercado, professor e artista plástico, torna-se uma pessoa interessante para assumir uma
178 curadoria do espaço de exposição. A proposta é que seria uma curadoria honorífica e que se

179 houver algum projeto que demande um trabalho maior, possa ser feito uma captação de
180 recursos externos ou uma destinação de recursos internos, sendo uma situação a ser
181 estudada, mas em linhas gerais haveria uma pessoa que agregaria um olhar para ajudar a
182 tornar o espaço interessante. O presidente **Tito Carvalho** informou que o arquiteto Clovis
183 Aquino gostou da ideia e que pensou em convidá-lo para a plenária, porém preferiu não
184 chama-lo para deixar os conselheiros a vontade para poder dizer “acho bom, ruim ou
185 inadequado”. O presidente **Tito Carvalho** ainda informou que o arquiteto se dispôs a
186 desenhar um projeto conceitual com ideias simples e interessantes, para iniciar o projeto com
187 exposições pequenas para fazer funcionar em caráter teste. O presidente **Tito Carvalho**
188 solicitou aos conselheiros a autorização para convidá-lo pois entende que seja um convite que
189 deve ser do Conselho, questionando se alguém possui alguma consideração a respeito do
190 convite para que já na próxima reunião possa trazer uma proposta mais concreta a respeito
191 da área de exposições da Casa do Arquiteto. O conselheiro **Alberto Kirchmayer** relatou que
192 nessa inter-relação com a comunidade, que não é uma comunidade institucional, é
193 interessante ter essa pessoa que faça esse link porque para sai da visão institucional e torna
194 leve. O presidente **Tito Carvalho** disse que a missão do CAU de fiscalização acaba tornando
195 bruta a relação com a sociedade e profissionais, conseguindo envolver mais profissionais
196 amplia a capacidade de trabalho isto torna o Conselho capaz e plural. Outra questão levantada
197 é que a agenda de exposições possa ser estruturada de forma a envolver algum debate sobre
198 o tema exposto, assim os dois ambientes vão dialogar, amplificando o retorno. **ITEM VII –**
199 **Comunicação: Plano de Ação / Boletim** – O presidente **Tito Carvalho** informou que a
200 Jornalista Flávia estaria se apresentando, pois, a mesma está cobrindo a licença maternidade
201 da assessora de comunicação Anna Carolina Perim Simonassi, porém o pai da jornalista
202 faleceu neste dia e a mesma foi dispensada, portanto este ponto de pauta foi suspenso. **ITEM**
203 **VIII - Fiscalização: Plano de Ação** – O presidente **Tito Carvalho** relatou que internamente
204 tem produzido dois debates sendo o primeiro a ser apresentado o referente ao setor da
205 fiscalização. O questionamento é o que é possível ser feito de agora até o final do ano, sendo
206 que a fiscalização sempre foi a área mais sacrificada porque as demandas técnicas eram
207 urgentes que sempre tanto a Sonia e depois a Ana, tiveram que drenar o seu esforço para dar
208 suporte. A intenção é montar uma proposta para nortear o trabalho da fiscalização até o final
209 do ano. O presidente **Tito Carvalho** informou que pediu a coordenadora da fiscalização Ana
210 Lucia Reis para preparar uma apresentação e passa a palavra a mesma. A coordenadora da
211 fiscalização e relações institucionais **Ana Lucia Reis** informou que foi inicialmente eleito cinco
212 eixos de ação. O primeiro eixo é relacionado ao registro de pessoa jurídica, identificou-se
213 número de pessoas jurídicas dentro do Estado com relação ao número de pessoas jurídicas
214 registradas no conselho é muito pequeno. Com informações do Sistema de Informação e
215 Comunicação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - SICCAU, junta comercial e cartório

216 de registro civil e posterior cruzamento dos dados foi possível identificar as empresas que não
217 tem registro, as que estão em processo e as que já estão registradas. O desdobramento inicial
218 é a aquisição do banco de dados da junta comercial de número de quinhentas empresas a
219 um custo aproximado de mil e duzentos reais, tendo em vista que isso pode se desdobrar no
220 registro da empresa, no pagamento da anuidade, isso é um valor muito baixo para aquisição.
221 A ação de fiscalização propriamente dita, que seria notificar essas empresas que não
222 estivesse nem em processo de solicitação de protocolo e muito menos de registro junto ao
223 conselho. A **coordenadora** apresentou um relatório gerado no SICCAU que consta 235
224 empresas que haviam contratado arquitetos e que não teriam registro, destes 33% não teriam
225 a obrigação de estar registrado no CAU, 20% está em processo de registro e 4% que precisa
226 fazer o registro no Conselho. Com a análise dos dados da junta comercial, retirados de uma
227 consulta pública, sem custo, identificou-se uma parcela de 18% de empresas passíveis de
228 registro, para estas foi confeccionado um documento para que possam proceder o registro
229 junto ao Conselho. Identificou-se no Cartório Sarlo um número maior de empresas passíveis
230 de registro no CAU, cerca de 49% do total registrado. Ana informou que realizou uma consulta
231 ao jurídico do CAU/ES sobre utilização dos termos da arquitetura e urbanismo seria exclusivo
232 para empresas que possuem arquitetos no seu quadro societário ou que tivessem no seu
233 quadro permanente de funcionários. Informou ainda que o Conselho precisa buscar qual será
234 o posicionamento a adotar, pois observou-se que muitas empresas que utilizam o CNAE de
235 arquitetura não têm registro no CAU. Então a estratégia é adquirir esse banco de dados para
236 que o Conselho possa informar a essas empresas que precisam estarem registradas no CAU.
237 O presidente **Tito Carvalho** relatou que o registro de pessoa jurídica é uma questão muito
238 grave porque nenhum dado veio migrado do CREA e a questão é como encontrar estas
239 empresas. O presidente **Tito Carvalho** informou que foi retomado um relacionamento com o
240 SEBRAE que deve culminar num trabalho de treinamento para as empresas, não e só uma
241 questão de receber da empresa, mas de construir esse relacionamento, uma atitude
242 diferenciada. A coordenadora da fiscalização e relações institucionais **Ana Lucia Reis** relatou
243 que o segundo eixo seria com relação aos síndicos, um trabalho já iniciado no ano anterior. A
244 ideia é retomar esse trabalho numa questão que tange a NBR 16280 que trata de reformas,
245 produzindo um material de comunicação com esclarecimentos voltados para as
246 administradoras dos condomínios, o próprio sindicato e o Conselho dos Corretores de
247 Imóveis. A coordenadora relatou que o terceiro eixo identificado como dados municipais. O
248 presidente **Tito Carvalho** que informou que esta ação de fiscalização culminará com um
249 evento, no intuito de discutir a norma, sua aplicação e importância, um tema absolutamente
250 importante para a sociedade. Tito levanta questionamentos sobre não estar conseguindo
251 separar tempo para compreender a estrutura que hoje está dedicada nas prefeituras para
252 produção da arquitetura e urbanismo e que se o desejo é fiscalizar a arquitetura e urbanismo,

253 o menos importante é bater na porta de obras e conhecer o que uma prefeitura está se
254 propondo a fazer para uma sociedade. As questões importantes seriam quem é e onde tem
255 arquiteto e urbanista atuando, se estão dentro de secretarias importantes. Estas informações
256 não estão mapeadas, mas O presidente **Tito Carvalho** informou que no ano anterior foi
257 enviado um ofício para as prefeituras, sendo que a maioria não respondeu, onde era
258 questionado qual a estrutura existente e a equipe. Pretende-se retomar isto de uma forma
259 mais sistematizada, na tentativa de chegar ao final do ano com um mapa de onde precisa-se
260 atuar, explicando para essas prefeituras a importância de ter uma atuação mais regular. Então
261 primeiro precisa conhecer esse ambiente desconhecido sendo uma demanda que o SICCAU
262 não vai informar, sendo necessário ser complementada pelo CAU/UF. A coordenadora da
263 fiscalização e relações institucionais **Ana Lucia Reis** informou que estas informações são
264 importantes para construção de um diagnóstico dos municípios que estão na área de atuação
265 do CAU/ES e efetivamente, de que forma o Conselho pode contribuir. A coordenadora
266 ressaltou que só tem como fazer este mapeamento se tiver todo esse trabalho prévio de
267 levantamento de dados, que estão espalhadas em vários lugares. A conselheira **Ana Paula**
268 **Rabello Lyra** informou que o Instituto Jones Santos Neves tem uma publicação com todos os
269 municípios que tem plano diretor. A Coordenadora da fiscalização e relações institucionais
270 **Ana Lucia Reis** informou que conhece o documento e que o ofício foi enviado a 78 municípios
271 indagando se o município possui ou não arquitetos e urbanistas em seu quadro funcional,
272 porém 61 não responderam, se abstendo, sendo que dos 17 que responderam, 10 municípios
273 possuem arquitetos e sete não têm arquitetos e urbanistas. O presidente **Tito Carvalho**
274 levantou a questão sobre o que estes arquitetos estão desenvolvendo dentro das prefeituras,
275 relatando até o desconhecimento sobre a atuação dos arquitetos e urbanistas no
276 planejamento urbano e gestão urbana, então até explicar a função de um arquiteto numa
277 prefeitura seria algo importante a se pensar. A conselheira **Ana Paula Rabello Lyra** levantou
278 a questão se o profissional está na prefeitura desenvolvendo a função de arquiteto e urbanista.
279 O conselheiro **Eduardo Barsosa** questionou não ver os Municípios de Vitória e Vila Velha no
280 gráfico apresentado. A Coordenadora da fiscalização e relações institucionais **Ana Lucia Reis**
281 informou que estes municípios não responderam ao questionamento. O conselheiro **José**
282 **Carlos Neves Loureiro** informou que existe a lei de transparência e que pediu a funcionária
283 do sindicato que fizesse uma busca nos municípios que tem site e que tem divulgado, porque
284 é obrigatório. Relatou que não adianta a gente ficar exigindo a prefeitura que tenha um
285 arquiteto e urbanista, se ela as vezes não tem nem condição, tendo que pagar o salário
286 mínimo profissional. Por outro lado, é absurdo que não se tenha isso no município porque a
287 função constitucionalmente do municio, no artigo 30 disse que um município tem como função
288 principal ordenamento do seu território, ou seja, ele tem que ter um arquiteto. Ele informou
289 que tem discutido com a Federação Nacional de Arquitetos - FNA para começar a montar um

290 trabalho, na sua opinião precisa fazer uma pressão junto ao governo federal pois nas
291 discussões que tiveram no passado do povo indo para a rua discutindo os problemas do país,
292 90% daquilo que foi colocado, tirando a questão da saúde, eram questões ligadas ao nosso
293 exercício profissional. O presidente **Tito Carvalho** ressaltou que na fala do José Carlos existe
294 novamente a possibilidade de fazer uma ação integrada, trazendo os arquitetos que estão nas
295 prefeituras, principalmente dos cargos mais articulados para debater qual o papel do arquiteto
296 e urbanista na prefeitura, qual sua realidade e quais são os pontos críticos, mais uma vez um
297 link para que a Casa do Arquiteto funcione de uma forma integrada. O conselheiro **José**
298 **Carlos Neves Loureiro** ressaltou que não adianta pressionar, tem que fazer uma parceria
299 com os municípios. A Coordenadora da fiscalização e relações institucionais **Ana Lucia Reis**
300 relatou que no governo federal há disponível vários programas para captação de recursos,
301 mas chega lá um pacote comprado que não necessariamente foi desenvolvido por um
302 profissional que conhece aquela realidade. O presidente **Tito Carvalho** lembrou que está
303 próximo um processo eleitoral e sugere a elaboração de um documento para apresentar
304 minimamente e construir uma proposta para levar aos candidatos um debate de qual o olhar
305 do Conselho sobre essa questão, sendo esta a hora de se posicionar e se mobilizar para
306 construir isso. A Coordenadora da fiscalização e relações institucionais **Ana Lucia Reis** em
307 continuidade a análise dessa situação que foi disparada para os municípios, observou-se que
308 um quantitativo expressivo de profissionais vinculados ao município que não fizeram o registro
309 do Cargo e Função. Isso é fato analisado apenas com o Município de Vitória, sugeriu-se que
310 construísse um documento que fosse disparado aos profissionais lembrando desse
311 compromisso. O quarto eixo é a fiscalização ostensiva, um deles são vistorias periódicas aos
312 shoppings. Essa ação foi realizada no Shopping Moxuara enquanto estava fechada ao
313 público, podendo observar 82 lojas em obra. Numa análise ainda preliminar, que somente 52
314 lojas apresentaram RRT e ARTs. Dessas 52, uma situação que não é novidade e que está
315 submetida a comissão de exercício profissional é a situação dos engenheiros assinarem
316 projetos de arquitetura de interiores. Nesses casos específicos, Ana sugere que o Conselho
317 precisa construir um posicionamento nesse caso específico. A conselheira **Aparecida Borges**
318 disse que é preciso cuidado nesse tipo de fiscalização devido ao sombreamento de atividade,
319 que engenheiros não podem de maneira nenhuma chamar o que está fazendo de arquitetura
320 de interiores, porque é atividade exclusiva de arquiteto e urbanista. Agora, se o mesmo fizer
321 um projeto de edificação e reforma não pode ser questionado. O conselheiro **Alberto**
322 **Kirchmayer** disse que a loja é uma parte interna dessa edificação maior que é o edifício. Por
323 isso que está considerando que a princípio é de interiores, porque já tem uma estrutura
324 executada, então você vai intervir ali no revestimento, no mezanino, a parte interna. A Gerente
325 Geral **Patricia Cordeiro** explicou que foi optado por fazer uma consulta ao CAU/BR e que na
326 realidade a arquitetura de interior até um determinado momento era exclusiva do arquiteto e

327 urbanista, porém o CREA publicou a Resolução nº 1048. Como todos eram regidos pelas 218,
328 já dizia que era arquitetura de interior, e o engenheiro não tinha essa atribuição. Então existia
329 um sombreamento no caso de projetos, que envolvia todos, no caso de arquitetura, elétrico e
330 etc. O CREA publicou a resolução 1048 e contestou a Resolução nº 51/2013 sendo suspensa
331 judicialmente. A gerente geral Patricia Cordeiro informou que talvez o presidente Tito Carvalho
332 saiba explicar porque o CAU/BR não entrou com nenhuma ação contra a Resolução nº 1048,
333 que deu aos engenheiros todas as atribuições que eles não tinham, podendo até mesmo
334 usarem o título de arquitetura de interior. O conselheiro **Alberto Kirchmayer** relatou que a
335 atribuição que é dada ao CAU pela sociedade de fiscalizar é compulsória, não podendo ser
336 omitida, deve fiscalizar e para fiscalizar são necessários esses critérios. Com relação a
337 questão mercadológica, entende que não caberia ao CAU tratar desse ponto de vista, ou seja,
338 é uma questão de exercício profissional, não tem que ficar preocupado nisso, não cabe ao
339 CAU ficar discutindo mercado. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** informou que se
340 as resoluções forem analisadas entenderão o despacho da juíza na ação de Santa Catarina.
341 Destaca que o papel principal dos conselhos, colocando o Conselho de Arquitetura e
342 Urbanismo e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, é a defesa da sociedade. O
343 que o CREA pegou decisões que já tinham sido tomadas em prol da sociedade, e cancelaram
344 aquilo o que estava decidido e fizeram uma resolução absurda. Então essa questão é
345 fundamental porque a juíza se baseou naquele parecer numa coisa óbvia e quem está sendo
346 prejudicado nessa história toda é a sociedade, e é isso que tem que estar posto. O presidente
347 **Tito Carvalho** informou que foi encaminhado para a comissão a fim de que instrumente essa
348 discussão. A Coordenadora da fiscalização e relações institucionais **Ana Lucia Reis** informou
349 que foi elencado também que nessa fiscalização ostensiva será acompanhado alguns eventos
350 dentro do Estado como a Morar Mais, a Casa Cor e algumas feiras como a Feira do Mármore
351 e Salão do Imóvel. Ainda nesse eixo, algumas questões de ordem interna relacionada as
352 denúncias que nos chegam através do sistema, devendo a fiscalização efetuar a diligencia in
353 loco para aferir qual é a situação, além de demandas oriundas da área técnica, sendo comum
354 solicitações de cancelamento de RRT, quando esse documento está sendo utilizado dentro
355 de um processo por exemplo de aprovação de um projeto. Ana relatou que na fiscalização
356 ostensiva a Morar Mais por Menos que 83% dos ambientes estavam regulares, considerando
357 um cenário bom, destes, quase 70% são ambientes de arquitetos e 30% de outros
358 profissionais. O presidente **Tito Carvalho** questionou se os ambientes que estão irregulares
359 estão sendo notificados. A Coordenadora da fiscalização e relações institucionais **Ana Lucia**
360 **Reis** informou que na próxima semana será realizado uma visita e as notificações serão
361 entregues. A **coordenadora** informou que o quinto eixo seria a ação da fiscalização no
362 interior, sendo o que foi apresentado sobre as ações realizadas na Grande Vitória, porém
363 levadas a alguns municípios específicos, e entre eles Colatina, Cachoeiro, Linhares, São

364 Mateus e Aracruz, além de buscar uma aproximação com os municípios e também no que
365 tange a pessoa jurídica, fazer a visita ao cartório de registro civil para aferir essa questão das
366 empresas de sociedade simples registradas. O presidente **Tito Carvalho** informou que a ideia
367 de pelo menos um dia em cada uma dessas cidades, fazendo uma série de fiscalizações para
368 mostrar a presença do Conselho e questiona se algum conselheiro gostaria de tecer
369 comentários. O presidente Tito Carvalho disse que devem elencar alguns desses temas e
370 debater com uma profundidade maior, vinculado aos trabalhos das comissões, para que o
371 debate tenha uma forma mais ampla. **ITEM IX - SICCAU: Plano de Ação** - O presidente **Tito**
372 **Carvalho** informou que ações também estão sendo tomadas na área técnica que era o setor
373 mais demandado pelos profissionais. O presidente Tito Carvalho convidou a coordenadora
374 técnica para apresentar um relatório sobre os trabalhos do setor. A coordenadora técnica
375 **Débora Borges** informou que foi identificado as demandas existentes na área técnica,
376 primeiro momento foi identificar quais os processos para a elaboração de um plano de ação.
377 Neste plano de ação foi primeiramente tratar a demanda residual existente no SICCAU, no
378 segundo momento promover algumas melhorias dentro do atendimento. Dentro do primeiro
379 momento, chegou-se a algumas conclusões importantes, como era necessário monitorar os
380 problemas que estavam acontecendo dentro dessas solicitações do SICCAU, impedindo a
381 conclusão imediata, propondo ações de melhorias. Segundo ponto identificado foi a
382 necessidade de que o plano de ação fosse mais abrangente, não apenas a tratar o que existia
383 de demanda dentro do SICCAU, com intuito também de melhorar não somente o tratamento
384 dessa demanda, mas também o tratamento atendimento com os profissionais que é atribuição
385 também da parte técnica. E um terceiro momento seria para poder mapear essas demandas
386 propondo e redefinindo alguns procedimentos para melhoria das análises dando maior
387 agilidade, ou seja, que os processos sejam mais rápidos no tratamento e na solução dessa
388 solução dentro do sistema. A proposta do plano foi estruturada em três momentos, no primeiro
389 momento foi tratar o residual que foi chamado de “Residual Zero”, que o objetivo principal é
390 tratar o que nós temos de demanda dentro do SICCAU até o presente momento, e para isso
391 foi estabelecido um prazo de dois meses para atendimento. O segundo momento proposto,
392 foi chamado de “Protocolo em dia”, que é tratar a demanda semanal que nós temos dentro do
393 prazo que está previsto dentro de uma deliberação de uma plenária. E com isso, nessa
394 segunda fase, será possível ter a capacidade de iniciar um mapeamento, propondo a
395 redefinição de alguns procedimentos para poder dar agilidade nessas solicitações e conseguir
396 tratar as demandas dentro desse prazo. Foi estipulamos um prazo de dois meses contados a
397 partir da conclusão da primeira etapa, porque considerando que todo o residual já foi tratado
398 é possível começar efetivamente propor as melhorias. E no terceiro momento, que nós
399 chamamos de “Atendimento dez”, que é melhorar o grau de satisfação do atendimento dos
400 profissionais no atendimento do CAU/ES. Uma vez tratado o residual, haverá condição de

401 identificar o que realmente é preciso melhorar dentro do atendimento. Alguns resultados do
402 monitoramento semanal é que de um volume de 1200 análises de baixa de RRT já foram
403 tratadas dependendo da movimentação do profissional para a conclusão do processo.
404 Também a parte das análises de RRT derivada já foram colocadas em dia, sendo a emissão
405 de Certidão de Acervo Técnico - CAT e as análises de RRT Extemporâneos também já foram
406 tratados. Nessa primeira fase, foi identificado a recorrência dos problemas, sendo já realizada
407 uma ação orientativa aos profissionais onde foi inserido no boletim do mês de maio modelos
408 de atestados e declaração para procedimentos de baixa. Também foi incluído no boletim de
409 maio uma nova demanda da área técnica que é a solicitação de suspensão de serviços para
410 RRTs não pagos. O sistema na elaboração do RRT gera o boleto para você ter acesso ao
411 registro, caso não seja efetuado o pagamento desse boleto, o seu sistema vai bloquear a
412 emissão da certidão de registro e quitação (CRQ). A gerente geral **Patricia Cordeiro** informou
413 a gravidade e a importância de colocar isso num boletim mas sugere que a ação tenha que
414 ser um pouco mais incisiva, porque até pouco tempo atrás a emissão de registro e quitação
415 era algo simples, o profissional emite em casa, não precisa de análise, é diferente de uma
416 CAT, e normalmente ele faz isso quando vai participar de uma licitação e deixando para fazer
417 a emissão desse documento no último momento, não conseguindo quando tem uma
418 pendência no sistema. Ressaltou que isso tem nos gerado um stress muito grande. Patricia
419 levanta outra questão que deverá ser remetida à comissão de ensino que é o caso dos
420 egressos da Faculdade Nacional - FINAC que tem registro provisório, que tem duração de um
421 ano, sendo que grande parte desses profissionais esse registro provisório já venceu então
422 sistema não trava e o profissional continua trabalhando, recebendo sua anuidade para pagar,
423 então ele paga a anuidade e continua trabalhando, continua emitindo RRT mas quando ele
424 precisa da certidão ela é travada. A gerente geral **Patricia Cordeiro** disse que na realidade a
425 cada dia é preciso ter um plano de ação e é até interessante que quando a Débora Borges
426 começou a traçar esse plano de ação, essas novas ações elas não existiam nessas
427 atividades, porque em alguns momentos surgem novidades ou aprimoramentos do sistema e
428 é necessário aprender a lidar com isso. O conselheiro **Alberto Kirchmayer** questionou a
429 necessidade dos documentos que são exigidos estejam com o reconhecimento de firma, se
430 esta é uma orientação nacional ou local. A gerente geral **Patricia Cordeiro** explicou que o
431 CAU/ES começou a solicitar reconhecimento de firma nos contratos de prestação de serviço
432 pois foram identificadas muitas falsificações. Este é procedimento do CAU/ES pois existe essa
433 prerrogativa na Resolução do CAU/UF definir ou exigir documentos que lhe deem mais
434 segurança nas análises. Ainda explicou que vários procedimentos são adotados para diminuir
435 a possibilidade de fraudes. A conselheira **Aparecida Borges** relatou que o sistema do CAU
436 deveria ser mais ágil na compensação bancária dos RRTs, sugerindo levar este assunto como
437 uma contribuição ao CAU/BR, exemplificando como acontece no sistema do DETRAN. A

438 Coordenadora Técnica **Débora Borges** informou que o questionamento da conselheira
439 Aparecida já havia sido questionado ao setor técnico do CAU/BR, no sentido de facilitar o
440 processo de regularização e que existem os dois casos, de profissionais que realmente
441 esquecem e outros que tentam burlar o pagamento do RRT. A informação que este
442 questionamento já estava em discussão interna para a facilitar o tramite. Outra situação é
443 stress com os profissionais que alegam não ter utilizado o RRT e quando o analista pede para
444 ser apresentado documentação comprobatória simplesmente o profissional desiste da
445 exclusão do RRT. O Conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** questionou porque bloquear
446 o sistema para quem quer pegar uma certidão de quitação sendo que a maioria dos
447 autônomos não precisa e este é o perfil da a maioria dos profissionais de arquitetura e
448 urbanismo. Relatou que é necessário repensar essa forma de sistema, porque está
449 bloqueando uma pequena parcela, ou seja, não resolve o problema da inadimplência e de
450 sequer a má fé do exercício da profissão. **Débora Borges** ressaltou que a nova demanda só
451 foi identificada depois que um profissional teve um problema, que então verificando o sistema
452 descobriu-se as mudanças no SICCAU, não havendo nenhuma comunicação do o CAU/BR
453 com relação a essa demanda. O presidente **Tito Carvalho** sugeriu que levantar dados e
454 questionar ao CAU/BR se estas alterações foram relevantes, mas para isto é necessário dado.
455 A gerente geral **Patrícia Cordeiro** informou que na pauta dessa próxima plenária do CAU/BR
456 está em discussão são exatamente os sistemas. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro**
457 relatou que o Conselho sempre fez uma crítica de que o fica sendo um conselho arrecadatário,
458 mas que sem recurso não se faz nada, mas para isto as ações devem ser pensadas a atingir
459 a maioria e que é importante começar a discutir o sistema que de fato possam possibilitar a
460 um exercício ético. É necessário ter recurso para ter funcionário, para ter fiscalização, para
461 poder fazer cumprir as nossas funções. O presidente **Tito Carvalho** sugeriu que é necessário
462 construir uma proposta, identificando o que pode ser facilitado internamente, como por
463 exemplo o que foi feito na situação do salário mínimo profissional. O **presidente** ressaltou que
464 é preciso construir o caminho pois há uma oportunidade porque nunca arquitetura de
465 interiores foi tão discutida, e as pessoas vão ter conhecimento de que a NBR 16280 é uma
466 norma e não uma lei. A conselheira **Aparecida Borges** disse que dentro do plano do
467 “atendimento dez”, se recorda que na Morar Mais existia uma vontade interna de que as
468 demandas que se saíssem lá teriam um atendimento prioritário. Solicita que as demandas
469 passadas pelos conselheiros tenham uma prioridade no atendimento e questiona se isto
470 estaria sendo contemplado no plano. **Débora Borges** informou que toda a demanda que
471 chega de um conselheiro o atendimento tem a preocupação de entrar em contato direto com
472 o profissional, se o profissional fez contato por e-mail ele recebe uma ligação, informou que
473 foi enviada a diligencia e o processo no nível que esta, porém não era tão perceptível mas
474 agora com volume maior de demandas reprimidas e com vazão maior das solicitações, tem-

475 se tido esse cuidado. Dentro desta situação outras ações seriam propostas, tal como
476 identificar quais são os problemas e as recorrências para propor um treinamento, chamando
477 os profissionais para participar. Então, o ponto de partida é resolver o que está dentro do
478 sistema pendente de análise, uma vez tratado nós vamos ter condições de dar um melhor
479 atendimento a esses profissionais. As demandas que chegaram do Morar Mais Por Menos
480 estão sendo tratadas, por mais que não sejam muitas como o esperado, mas estão sendo
481 tratadas com prioridade. O presidente **Tito Carvalho** informou que a além da questão da obra,
482 está correndo a licitação da compra dos notebooks exatamente para poder retomar o
483 treinamento. **ITEM X - Aniversariantes do Mês de Junho** – O presidente **Tito Carvalho**
484 antecipou os parabéns ao conselheiro que fará aniversário, o professor Barbosa, parabéns ao
485 nosso colega, Eduardo. O Conselheiro **Eduardo Barbosa** disse os pesares pela morte do
486 Lelé, relatou que Lelé foi um amigo particular, trabalharam junto em Goiânia e para
487 representar como conseguiu aprender em tão pouco tempo. Ressaltou que Lelé era humilde
488 e ao mesmo tempo brilhante. Lembrar que Oscar Niemeyer o considerava o melhor arquiteto
489 e urbanista. **ITEM XI – Encerramento** - O presidente **Tito Carvalho** agradeceu toda equipe
490 pela colaboração e apoio, agradeceu aos presentes e nada mais havendo a tratar, declarou
491 encerrada a 18ª Sessão Plenária do CAU/ES. Para constar, eu, **Joana D’Arc do Sacramento**
492 **Araújo**, secretária, lavrei a presente Ata, que será assinada por todos os conselheiros titulares
493 e suplentes no exercício da titularidade, para que reproduza os efeitos legais.

Vitória, 03 de junho de 2014.

Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho**
Presidente do CAU/ES

Joana D’Arc do Sacramento Araújo
Secretária dos trabalhos

Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**
Conselheira Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Aparecida Maria da Silva Borges**
Conselheira titular no exercício da
titularidade do CAU/ES

Arq. e Urb. **Alberto Bernabé Kirchmayer**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eduardo Simões Barbosa**
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro**
Conselheiro Titular do CAU/ES